A CRIAÇÃO DE ASSENTAMENTOS RURAIS GARANTE ÁGUA POTÁVEL E QUALIDADE DE VIDA? O CASO DO PA PACIÁ (LÁBREA/AM)

Sasha Catarine da Rocha Soares[1]
Francimara Souza da Costa[2]
Ana Claudia Nogueira Fernandes[3]
Aline Lessa de Souza[4]
Francimar de Araújo Mamed[5]

RESUMO

O presente artigo teve como objetivo avaliar a relação do acesso à água potável, e a qualidade de vida dos moradores, com o processo de implantação do Projeto de Assentamento Paciá, localizado no município de Lábrea – AM. Para atender o objetivo proposto utilizamos a pesquisa qualitativa, onde as informações foram coletadas por meio da análise documental e realização de entrevistas semiestruturadas, tais instrumentos metodológicos somados a observação direta e os registros das informações em um diário de campo contribuíram para a compreensão do contexto social, econômico e ambiental do local e como a relação entre esses fatores afeta a qualidade de vida dos assentados do PA Paciá. O que nos fez refletir que a política pública de criação dos assentamentos rurais é uma ferramenta importante para o desenvolvimento, na medida que proporciona, apesar das dificuldades vivenciadas, uma compreensão de melhoria de vida em relação ao que eles tinham antes. As entrevistas semiestruturadas nos revelaram que 30% dos entrevistados colocam a qualidade da água como fator limitante para pleno desenvolvimento do assentamento, não só no sentido econômico, mas principalmente como um agente influenciador do bem-estar, ou seja, de sua qualidade de vida.

Palavras chaves: Assentamento Rural, Sul do Amazonas, Qualidade de vida e Amazônia.

ABSTRACT

The objective of this article is to evaluate the relationship between access to drinking water and the quality of life of the residents, with the implementation process of the Pacia Settlement Project, located in the municipality of Lábrea - AM. To meet the proposed objective we used qualitative research, where information was collected through documentary analysis and semi-structured interviews, such methodological instruments added to direct observation and the information records in a field diary contributed to the understanding of the social context, economic and environmental conditions of the place and how the relationship between these factors affects the

[1] Mestre em Ciências Ambientais. E-mail: sasha.soares@hotmail.com
[2] Doutora em Ciências Socioambientais. Professora Adjunta da Universidade Federal do Amazonas. E-mail: francimaracosta@yahoo.com.br
[3] Doutora em Sociologia. Professora Adjunta da Universidade Federal do Amazonas. E-mail: anamanaus@gmail.com
[4] Mestre em Ciências Ambientais. E-mail: aliinelessa@gmail.com
[5] Professor da Universidade Federal do Amazonas. E-mail: francimarmamed@gmail.com

quality of life of the settlers of PA Paciá. This has made us reflect that the public policy of establishing rural settlements is an important tool for development, insofar as it provides, in spite of the difficulties experienced, an understanding of life improvement in relation to what they had before.

Keywords: Rural Settlement, Southern Amazonia, Quality of life and the Amazon.

INTRODUÇÃO

Historicamente, muitos motivos levaram brasileiros de todas as regiões à Amazônia, dentre eles, a possibilidade de exploração econômica da borracha, madeira, soja, minério e pecuária, ou simplesmente, o sonho de adquirir um pedaço de terra. Depois do golpe militar de 1964, a ocupação da Amazônia foi ainda mais impulsionada pelas perspectivas desenvolvimentistas, por meio dos incentivos governamentais à instalação de grandes projetos, como o Projeto Grande Carajás (com seus projetos agropecuários, suas represas hidrelétricas, suas minas, suas fábricas), o Projeto Zona Franca de Manaus e outros que envolveram a construção de hidrelétricas, rodovias e assentamentos rurais.

Depois disso, os sucessivos governos populistas seguiram o posicionamento de distribuição das terras da Amazônia, com o intuito de resolver os conflitos por terra de outros Estados, além do problema da fome e da seca na Região Nordeste. Nesse período, foram criados assentamentos rurais na Região Norte, porém, a instalação desses espaços não foi acompanhada de infraestrutura e assistência técnica adequada.

Segundo Santos Filho (2001), mesmo recebendo suporte financeiro e técnico durante a implantação, os assentamentos rurais não apresentam condições favoráveis de infraestrutura básica e de saneamento, principalmente devido à ausência de sistemas seguros de captação e distribuição de água para consumo e de esgotamento sanitário adequado, além da falta de programas de boas práticas de higiene e educação sanitária, o que compromete a qualidade de vida dos moradores dos assentamentos.

Assim, este estudo objetivou avaliar a relação entre a criação do Projeto de Assentamento Paciá, localizado no município de Lábrea/AM, e as condições de acesso à água potável e a qualidade de vida dos moradores. Os resultados oferecem elementos para subsidiar os moradores locais na reivindicação de seus direitos, uma vez que apresenta uma reflexão sobre a influência da qualidade da água consumida na qualidade

de vida das pessoas, e sobre o papel do Estado no oferecimento de condições para a aquisição desse direito.

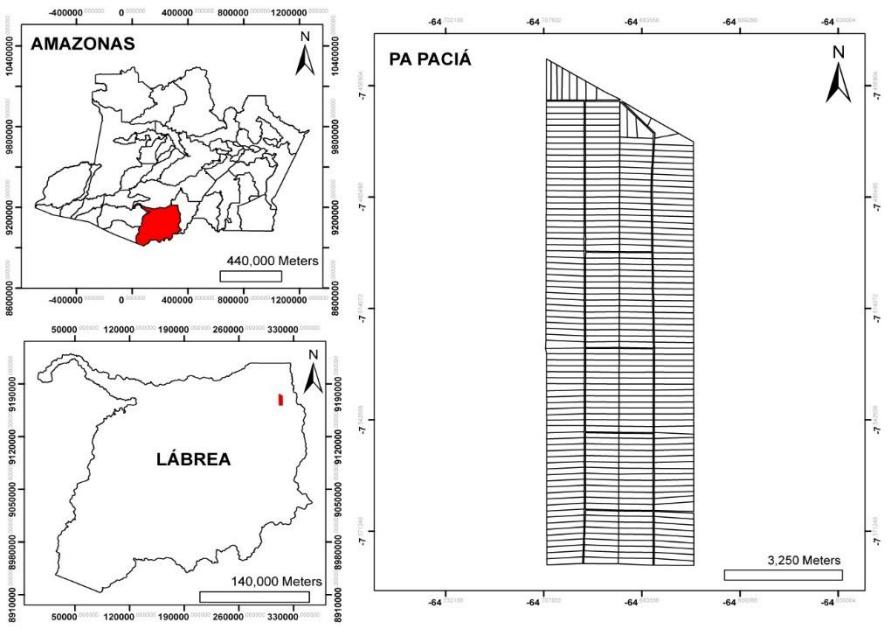
Essas informações podem proporcionar oportunidades de participação na tomada de decisões, visando à conquista da cidadania, expressa por meio do acesso aos serviços públicos essenciais, em especial, o acesso à água potável.

METODOLOGIA DA PESQUISA

Área de estudo

O lócus desta pesquisa foi o Projeto de Assentamento (PA) Paciá, situado nas coordenadas 64°41'6,47"W 7°29'7,35"S do município de Lábrea (Figura 1). O assentamento foi criado através da Portaria INCRA SR (15) AM N^0 89, de 28 de outubro de 1999, compreendendo uma área de 5.221,3731 hectares, com capacidade de 305 unidades agrícolas familiares. O acesso é feito por via terrestre pela BR-230, km 26, distante a 702 quilômetros de Manaus e 30 quilômetros da sede Lábrea (INCRA, 2011).

Figura 1: Localização do projeto do assentamento Paciá



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

De acordo com o INCRA (2011), o assentamento é composto por estradas de terra, denominadas “ramais” e possui 91 famílias assentadas, distribuídas em três ramais (1, 2 e 3). A maioria das residências é construída de madeira, mas existem casas de alvenaria.

A principal atividade econômica no PA Paciá é a agricultura familiar. As culturas predominantes são mandioca e frutíferas diversas, com destaque para o cultivo de abacaxi e extrativismo de açaí. Cultiva-se ainda cupuaçu (Theobroma grandiflorum), pupunha (Bactris gasipaes) e há a fabricação de vassouras, utilizando cipós regionais como a piaçava (INCRA 2011). Parte da produção é entregue a atravessadores e transportadas para serem vendidas na cidade de Lábrea. Poucos assentados possuem gado para fins comerciais, mas muitas famílias mantêm animais domésticos para consumo (porcos e galinhas).

O serviço de assistência técnica prestado aos assentados é realizado de forma precária pelo Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas (IDAM), não existindo uma proposta de desenvolvimento econômico e social sustentável, de forma a auferir condições dignas de sobrevivência e manutenção familiar exclusiva da atividade rural (INCRA 2011).

A área onde foi implantado o assentamento possui um solo com baixo potencial nutritivo natural e é classificado como latossolo vermelho-amarelo distrófico (LINHARES et al., 2013).

De modo geral, as condições de saneamento no assentamento são precárias. Não existe uma infraestrutura adequada para a destinação dos dejetos, não possui rede de distribuição e nenhum tipo de estrutura para o tratamento de água para o consumo. A água utilizada no assentamento provém de águas subterrâneas. Existem dois poços artesianos instalados pelo Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária (INCRA), órgão gestor do assentamento, localizados nas vicinais 2 e 3 e 60 poços rasos, com profundidade média de 20 metros (INCRA, 2011).

Coleta de dados e análise

A realização da pesquisa ocorreu por meio de um estudo de caso realizado no assentamento Paciá. Para Yin (1986, 2005) o estudo de caso constitui uma estratégia de pesquisa, que requer múltiplos métodos e fontes para explorar, descrever e explicar um fenômeno em seu contexto.

O estudo teve uma abordagem qualitativa, valorizando a descrição e a explicação dos fenômenos investigados, a partir de entrevistas e observações (GODOY,

1995). As informações foram coletadas por meio de análise documental e aplicação de entrevistas semiestruturadas.

Foram analisados documentos disponibilizados pelo INCRA, a fim de compreender o processo de criação do assentamento, destacando a infraestrutura disponibilizada ao acesso de água e o contexto das ações deste órgão no local; documentos do IDAM no munícipio de Lábrea, para verificar o tipo de assistência disponibilizada aos moradores por este órgão; e documentos disponibilizados pela Associação dos Moradores do Paciá, para auxiliar a compreensão do processo de criação do assentamento e as ações da associação em relação ao acesso à água potável.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas junto ao representante da diretoria da associação e junto aos (as) chefes de família de domicílios existentes na área há mais de 5 anos, com idade acima de 18 anos. Em casos da presença de mais de uma família por domicílio, apenas o (a) chefe mais velho (a) foi entrevistado (a). As entrevistas representaram 30% do total de domicílios das 3 linhas do assentamento e foi dado espaço para expressão de percepções pessoais do (a) entrevistado (a) a respeito dos temas questionados.

As informações foram sistematizadas através de planilhas do Excel e analisadas pelo método descritivo. As respostas objetivas foram analisadas conforme os valores agregados à cada opção existente nas perguntas, enquanto as questões abertas, devido à grande possibilidade de respostas, foram reunidas em "grupos-chave", que agregaram respostas envolvendo o questionamento principal. Desta forma, foi possível o ordenamento e mensuração das respostas e uma análise mais concisa das percepções apresentadas pelos moradores.

Qualidade de vida e sua relação com o acesso á água potável

DAY e JANKEY (1996) classificam os estudos sobre qualidade de vida de acordo com quatro abordagens gerais: econômica, psicológica, biomédica e geral ou holística. O presente trabalho tem um uma abordagem geral ou holística, baseadas em uma premissa multidimensional. Apresenta uma organização complexa e dinâmica dos seus componentes, difere de pessoa para pessoa de acordo com seu ambiente/contexto e mesmo entre duas pessoas inseridas em contextos similares (PEREIRA et al 2012).

Outra noção de qualidade de vida assumida nesse estudo foi da Organização Mundial de Saúde, que a define como "a percepção do indivíduo de sua posição na vida

no contexto da cultura e sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações" (WHOQOL GROUP, 1994).

Roeder (2003) diz que a qualidade de vida é influenciada pelo ambiente, e este engloba relações sociais, culturais, biológicas, ecológicas etc., formando, assim, um contexto com o ser humano, havendo possibilidade de tanto o homem quanto o ambiente serem modificados ou transformados.

Assim, é necessária uma relação saudável entre o meio ambiente e o ser humano para que se alcance um nível aceitável de qualidade de vida de cada indivíduo. No caso da água, como um elemento oferecido pelo ambiente natural e vital para a manutenção da vida humana, o consumo de água de má qualidade afeta diretamente a qualidade de vida das pessoas.

A água potável segura e o saneamento adequado são fundamentais para a redução da pobreza e para qualidade de vida de uma população. Atualmente no mundo 633 milhões de pessoas não tem acesso à água potável e 2,4 milhões de pessoas não tem acesso ao saneamento básico, representando 40 por cento da população mundial (ONU, 2015).

A assembleia geral das nações unidas através da resolução A/RES/64/292 no ano de 2010, declarou a água limpa e segura e o saneamento básico um direito humano essencial para gozar plenamente a vida e os demais direitos humanos.

O abastecimento de água preocupa a gestão pública, sendo a falta de acesso a água considerada um fator de risco à saúde e limitante do desenvolvimento (RAZZOLINI e GUNTHER 2008).

Segundo a Organização Mundial da Saúde, 3,5 milhões de pessoas morrem no mundo por problemas relacionados ao fornecimento inadequado da água por ano, desse total, 1,5 milhões são crianças. Há também registros que dez por cento das doenças registradas ao redor do mundo poderiam ser evitadas se os governos investissem mais em acesso à água, medidas de higiene e saneamento básico.

Estudos do INCRA (2010) apontam que apenas 13% dos assentamentos rurais da reforma agrária no Brasil têm tratamento adequado para o esgotamento sanitário e 79% tem acesso suficiente à água, sendo que, segundo o Movimento dos Sem Terra - MST (2010) somente 45% dos assentamentos rurais no Brasil tem acesso à água potável.

Dadas as condições do saneamento nas áreas rurais, especialmente nos assentamentos rurais do Brasil, este tema torna-se relevante para pesquisas científicas, uma vez que é necessária a elucidação de elementos que contribuam para melhorar este quadro. Neste estudo, foram destacadas informações que contribuem para compreender a contradição existente na Amazônia, tomando como foco o Assentamento Paciá, considerando a disponibilidade da maior bacia hidrográfica do mundo, e uma população que sofre com o acesso precário à água de qualidade.

A criação do Pa Paciá

O PA Paciá foi implantado em um local de péssimo acesso, longe dos centros de comercialização e com carcterísticas naturais da água alteradas pelo gosto, cor e cheiro de ferro (fato relatado pelos moradores). O centro urbano mais próximo ao assentamento é a cidade de Lábrea (30 km), que no período chuvoso possui acesso intransponível devido às péssimas condições da rodovia.

Em relação à capital Manaus, os barcos de passageiros ou "recreios" e as balsas levam em média de quatro a cinco dias, percorrendo o sinuoso rio Purus. Lábrea fica distante a 703 km (linha reta) de Manaus, sendo a hidrovia um eixo vital na vida econômica do município.

Mesmo após a abertura da rodovia BR 230 na década de 1970 pelo governo militar, é um município marcado por um baixo índice de desenvolvimento humano (IDH), grande desigualdade social (61,04% sobrevive com renda mensal abaixo de um salário mínimo) e apenas 26,5% da população urbana de Lábrea tem acesso à água, ligada pela rede de distribuição do município no ano de 2010. Todos esses fatores nos levaram a pensar no porquê de se implantar um assentamento em um local naturalmente impróprio.

Para essa compreensão, nos remetemos ao contexto político de criação do assentamento em 1999. O PA Paciá foi criado no governo de Fernando Henrique Cardoso, que foi de 1995 a 2002, quando foram assentadas 579.733 famílias, mais que o dobro de assentamentos criados em 30 anos no país, com prioridade absoluta a objetivos meramente quantitativos (INCRA, 2000).

A Amazônia foi a região com maior número de assentamentos criados, com 52% do total nacional de famílias beneficiadas, total esse muito além da demanda local. Esse desequilíbrio foi compensado pelo número reduzido de beneficiários

(INTERNATIONAL ADVISORY GROUP, 2000) em face da demanda do Sul e do Sudeste brasileiro (WEISS, 2002).

A avaliação exclusivamente quantitativa, por número de "famílias beneficiadas" não evidencia os problemas socioeconômicos e ambientais, que fazem com que os assentados abandonem os lotes e migrem para as cidades próximas em busca de emprego e melhor qualidade de vida. No Estado do Amazonas, os assentamentos foram implantados sem assistência técnica e infraestrutura básica para o seu desenvolvimento (SANTOS, 2005).

Ao mesmo tempo em que o governo federal criou o maior número de assentamentos da história, um número superior de famílias abandonou o campo pela ausência de políticas que lhes permitissem nele viver com dignidade (CANUTO e BALDUINO, 2003, p. 43).

Não houve avaliação da qualidade das áreas que seriam implantados os assentamentos e das dificuldades de oferecimento dos serviços públicos básicos, como saúde, educação, infraestrutura, e assistência técnica para que os assentados pudessem produzir e viver.

Na região onde está instalado o PA Paciá, o INCRA implantou em 1996 o PA Umari que fica localizado em Lábrea no Km 24 da BR 230, nas glebas 01 do imóvel Alto Pamari e 08 do imóvel Jaciana, arrecadadas e incorporadas ao patrimônio da União. A partir da criação deste assentamento, o INCRA abriu cadastro para famílias que desejassem morar em futuros assentamentos e 130 famílias se cadastraram.

Com a demora por um posicionamento por parte do INCRA, o grupo se reuniu com a Comissão da Pastoral da Terra (CPT) que viabilizou toda a documentação, elaborou o projeto e apresentou ao INCRA. Após a aprovação do projeto, a CPT acompanhou o processo durante cinco anos e a partir dessa mobilização, o INCRA criou o PA Paciá, através da portaria INCRA SR(15) N^0 89 de 28 de outubro de 1999, com área de 5.221,3731 ha, inserido na gleba 03, pertencente ao Alto Pamari.

Os assentados relataram que ap ós a criação do assentamento o INCRA contratou serviços para a abertura do ramal que liga o assentamento à BR 230 e das vicinais 1, 2 e 3, onde demarcaram os lotes para cada família, bem como realizaram a contratação de uma empresa para construção das moradias padronizadas. A construção dos banheiros ficou sob a responsabilidade dos próprios assentados, ficando a cargo deles quando e como iriam construir.

A ausência dos banheiros contribuiu significativamente para a formação de condições sanitárias inadequadas, pois os assentados sem recursos, acabaram adotando o sistema de fossas negras como principal forma de despejo dos dejetos (53,3 %), comprometendo a saúde e a qualidade de vida dos moradores. O INCRA instalou ainda energia eletrica, porém, as promessas feitas em relação à distribuição de água encanada, construção de postos de saúde e acesso à educação de qualidade nunca saíram do papel.

Instrumentos institucionais para garantia da qualidade de vida no PA Paciá

O instrumento institucional que normatiza e orienta as ações no assentamento Paciá é o Plano de desenvolvimento de Assentamento (PDA), construído no ano 2000, um ano após sua criação. Segundo o documento, o PDA foi elaborado com o objetivo de "permitir o desenvolvimento sustentável da região e assim a construção de uma sociedade solidária, justa, competitiva e ambientalmente conservada no nível local e comunitário" (PDA, p. 4).

O PDA apresenta a caracterização do meio físico e social da área, porém, as informações são superficiais e em relação aos recursos hídricos da área, se limitam a duas linhas: "A área da GLEBA 3 – ALTO PAMARI é cortada por diversos braços do rio Paciá. Ressaltando-se que todos são de curso temporário" (PDA, p. 12).

A informação acima é a única em todo o documento que trata dos recursos hídricos da área, evidenciando assim que não foram feitas análises ou um levantamento prévio à respeito da água que seria utilizada pelos assentados, especialmente no que se refere à qualidade da mesma, de acordo com o que determina as diretrizes da Política Nacional de Reforma Agrária (PNRA), executada pelo INCRA.

De acordo com o II PNRA, a reforma agrária vai além da garantia do acesso à terra. Prevê ações para que os homens e mulheres possam produzir, gerar renda e ter acesso aos demais direitos fundamentais, como saúde, educação, energia e saneamento. Os assentados devem ter acesso à infraestrutura básica de qualidade, e isso inclui acesso à água, de acordo com a lei vigente que regulamenta os padrões de qualidade de água para consumo e também para os demais usos, além de ter acesso à água de qualidade, deve ter acesso em quantidade suficiente para o consumo e para as atividades produtivas.

No PDA do assentamento Paciá, também não consta nenhuma menção da melhor maneira ou forma de abastecimento de água, ficando evidente que esta questão, apesar de ser primordial para o pleno desenvolvimento do assentamento, não foi

Sasha Catarine da Rocha Soares, Francimara Souza da Costa, Ana Claudia Nogueira Fernandes, Aline Lessa de Souza, Francimar de Araújo Mamed

abordada neste documento. A despeito dessa lacuna, o documento foi aprovado pela superintendência regional do INCRA do Estado do Amazonas, tendo sido elaborado pela empresa AGROAMBIENTAL CONSULTORIA E PROJETOS LTDA., única participante do certame licitatório, com um orçamento no valor de 15.000.00 reais.

Essa falha no acompanhamento e manutenção dos assentamentos rurais também é observada em outras regiões brasileiras. O extinto MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), cujas atribuições foram atualmente repassadas à Casa Civil, no governo de Michel Temer, manifestou no ano de 2005 a preocupação com os antigos projetos de assentamentos, em especial aqueles criados entre 1995 e 2002.

Segundo o órgão, há indicadores que apontam a precariedade ou até a ausência de atendimento de serviços básicos, como abastecimento de água, energia elétrica, estradas, créditos e assistência técnica. Essa situação justificou o direcionamento de ações à recuperação dos assentamentos, a serem implementadas pelo INCRA/MDA, com recursos assegurados no Plano Plurianual, e foi a partir desta preocupação que se estabeleceu como meta no II PNRA a recuperação dos assentamentos já implantados que estão em situação precária, principalmente no que se refere à infraestrutura básica.

Segundo as determinações do INCRA (1999):

> *Os assentamentos poderão ter seus projetos efetivados somente se obtiverem anuência expressa dos seus beneficiários quanto ao preço da terra e às condições dos recursos naturais do imóvel, manifestados em documento específico, assinado por um número dos futuros assentados, equivalente a pelo menos 60% da capacidade do imóvel (INCRA; 1999, p. 42).*

Concomitante a esses pressupostos básicos anteriores à implantação do assentamento, é necessário haver o conhecimento de itens básicos para elaboração do PDA: levantamento dos recursos naturais; perfil socioeconômico dos assentados; economia municipal e regional; organização espacial; atividades econômicas agrícolas e não-agrícolas a desenvolver em função da demanda do mercado; capacitação tecnológica e gerencial; educação, saúde, cultura e lazer; juventude e mulher; infraestrutura básica; gestão ambiental; análise de viabilidade econômica e financeira.

Foi observado neste estudo que não houve uma correta caracterização da área onde foi instalado o PA Paciá antes de sua implantação. Avaliar as características naturais locais e o potencial produtivo é imprescindível para o correto planejamento das

ações. O conhecimento das condições do solo, por exemplo, é bastante relevante, uma vez que os assentados vivem da produção agrícola, bem como, é necessário estimar a distância e o acesso até os centros comerciais, para viabilização de estratégias de comercialização da produção.

Com relação a este aspecto, no assentamento Paciá, as vias de acesso são precárias, o que vai de encontro com a pesquisa sobre a qualidade de vida nos assentamentos da reforma agrária em todo o país, realizada no ano de 2010 pelo INCRA, onde 57% das famílias informaram descontentamento com a condição das estradas e vias de acesso aos lotes. As famílias mais descontentes estão no Norte (65%) e no Nordeste (64%), onde as condições ambientais são difíceis e as parcerias institucionais com os municípios são mais restritas para realização de ações conjuntas que visem a melhoria dessas condições.

Bittencourt et al (1999) realizaram um estudo sobre os principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos rurais no Brasil. Concluíram que a qualidade físico-química dos solos, a disponibilidade de água, a frequência das chuvas e o relevo têm sido aspectos importantes para determinar o nível de desenvolvimento dos assentamentos.

Sendo assim, as condições físicas dos recursos naturais são fatores centrais que podem não só determinar a diferença entre os assentamentos com maior ou menor nível de desenvolvimento, mas também, impossibilitar o próprio desenvolvimento produtivo (ALBUQUERQUE, 2004).

Existem várias metodologias para a avaliação das características físicas dos assentamentos, visando a elaboração do Plano De Desenvolvimento dos Assentamentos (PDA). As mais conhecidas foram organizadas por órgãos como o PNUD, FAO, IICA: Diretrizes Metodológicas para o Planejamento Municipal e dos Assentamentos de Reforma Agrária, elaborada pelos técnicos do IICA (1997); Guia Metodológico para Elaboração de Projetos em Área de Assentamentos, elaborado por Goni e Castro PNUD (1993); e o Guia Metodológico de Diagnóstico de Sistemas Agrários, elaborado pela FAO (1999).

Todas essas ferramentas têm diretrizes próprias, porém segundo Pereira e Peixoto (2005), a participação dos assentados na construção do PDA é de fundamental importância, pois eles devem ser não apenas os grandes beneficiários do processo, mas os grandes responsáveis pela sua execução, o que lhes proporciona um processo de

conscientização e empoderamento. Assim, no futuro poderão ter uma relação menos dependente dos órgãos externos ao assentamento.

A elaboração do PDA do assentamento Paciá não contou com a participação dos moradores, o que pode justificar as falhas do documento, uma vez que a participação efetiva da comunidade no planejamento dos assentamentos é vital para que se trace planos de desenvolvimento condizentes com a realidade ambiental, social e econômica do local e dos moradores, bem como extrair informações acerca dos problemas naturais do local, do problema da qualidade da água do PA Paciá que não foi estrategicamente trabalhado institucionalmente.

O referido problema poderia ter sido amenizado com a participação dos assentados uma vez que a água consumida pelos moradores possui características organolépticas alteradas, com gosto, cor e cheiro de ferrugem, fato esse relatado por 30% dos entrevistados. Essas características provavelmente são provocadas por processos geomorfológicos naturais (MORUZZI, 2012), e podem ser facilmente observadas visualmente na água consumida pelos moradores.

Apesar da evidência dessas alterações, a necessidade de tratamento da água não foi indicada pela empresa que elaborou o PDA. Também não foi observado nenhum registro desse problema pelos técnicos do INCRA que acompanharam o processo de instalação dos assentados e a perfuração dos poços localizados nas linhas 2 e 3, onde a água também possui essas características. Os poços foram construídos com a promessa de distribuição de água encanada para todos os moradores, o que não foi cumprido até os dias atuais.

A Infraestrutura para o fornecimento de água nos assentamentos está apoiada por uma política de crédito própria, através do INCRA que financia a implantação dos lotes com recursos para a construção da moradia, da manutenção da família no primeiro ano, além de financiar o custeio da produção e disponibilizar crédito para investimento, com prazos e carências (ALBUQUERQUE, 2004).

O INCRA implanta a infraestrutura básica necessária nas áreas de reforma agrária de forma direta, como também pode realizar parceria com outros entes governamentais. As prioridades são a construção e/ou complementação de estradas vicinais e o saneamento básico – por meio da implantação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário - além da construção de redes de eletrificação rural, visando proporcionar as condições físicas necessárias.

A percepção dos moradores do PA Paciá quanto a atuação do INCRA no local não é satisfatória, 80% dos entrevistados considera precária e de total abandono. Os assentados reclamam que eles não tem nenhum apoio por parte do órgão e estão há anos completamente esquecidos. Relatam ainda que o principal motivo para esse abandono foi a desativação da sede do INCRA da cidade de Lábrea, e atualmente quando necessitam fazer alguma reclamação precisam se dirigir até a cidade de Manaus, que demanda uma viagem demorada e onerosa de 5 dias de barco.

A percepção dos assentados pode ser observada através dos relatos:

> *"Péssima, nós somos esquecidos pelo INCRA, só vem para cobrar alguma coisa" Assentado 11; "Precária, eles não pisam no assentamento, vivemos em total esquecimento, nos prometeram muitas coisas, mas pouca coisa foi cumprida. Essa questão aí da água que vocês estão querendo saber então nem se fala, eles disseram que ia ter água boa e encanada pra todo mundo, mas olha aí, se agente não se vira, nem sei como tava" Assenatado 21; "O INCRA não presta nenhum tipo de assistência. A gente sabe que eles tem que fazer, mais eles não fazem, nós vivemos isolados aqui, na época do inverno então nem se fala, o ramal fica muito ruim e ficamos praticamente isolados" Assentado 19.*

Apesar da importância de uma boa relação dos moradores com o órgão responsável pelo assentamento, pode-se observar através dos relatos que esta relação está fragilizada. O órgão é considerado pela maioria como inacessível, ou seja, eles não tem acesso e nem comunicação com o mesmo, fato esse que evidencia e colabora para um desenvolvimento inadequado do assentamento, bem como para uma crescente potencialização dos problemas enfrentados pelos moradores.

Há necessidade de aproximar o INCRA do local a fim de resolver o problema da qualidade da água, o que poderá ser feito estrategicamente no investimento em saneamento básico no local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reforma agrária na Amazônia limitou-se a distribuição de terra com objetivos meramente quantitativos, não se preocupando com as questões sociais, econômicas e ambientais que os moradores enfrentariam no seu dia-dia para alcançar o seu

desenvolvimento, e isso ocasionou uma grande falha no processo, pois os trabalhadores rurais, sem condições de obter qualidade de vida, acabam abandonando seu lote e voltando para fila de pessoas que precisam de um pedaço de terra, na esperança de serem alocados em um local de melhor qualidade.

Apesar do PDA ser um instrumento central na implementação dos assentamentos rurais, sua elaboração na maioria dos assentamentos, como é o caso do PA Paciá, é feita de maneira superficial, sem contar com a participação efetiva dos moradores, o que gera uma série de equívocos que comprometem o desenvolvimento do assentamento e o atendimento das reais demandas dos moradores

A falta de infraestrutura adequada no assentamento rural PA Pácia reflete o que acontece na maioria dos assentamentos no Brasil. Tal problema influi na qualidade de vida dos assentados em vários aspectos, desde a falta de recursos para o manejo da terra que leva a comunidade muitas vezes a abandonar o lote e ir procurar emprego na cidade, fato esse que contribui para o exôdo rural, até a falta de saneamento que afeta a saúde, não só no sentindo biológico, mas no sentido do sentimento de bem estar do moradores, diminuindo assim a qualidade de vida tão reivindicada no movimento da reforma agrária.

É inegável a importância do acesso a uma água de qualidade para assegurar a qualidade de vida, e como objeto de reflexão, o assentamento rural PA Pácia mostra o que acontece na maioria dos assentamentos brasileiros com a falta de infraestrutura e saneamento básico. Isto reforça a ideia de que somente o acesso a terra não garante a qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, F. J. B., COELHO, J. A. P. M., VASCONCELOS, T. C. **As políticas públicas e os projetos de assentamento.** Estudos de Psicologia 2004, 9(1), 81-88.

BITTENCOURT, G. A., CASTILHO, D. S. B., BIANCHINI, V., & SILVA, H. B. C. **Principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Brasil.** Brasília: Coordenação de Comunicação Social do Ministério do Desenvolvimento Agrário (1999).

CANUTO, A., BALDUÍNO, D. T. **Reforma Agrária, Ontem e Hoje.** Cadernos do Centro de Estudos e Ação Social - CEAS. Salvador: Julho/Agosto, 2003, N° 206.

DAY, H.; JANKEY, S.G. Lessons from the literature: toward a holistic model of quality of life. In: RENWICK, R.; BROWN, I.; NAGLER, M. (Eds.). **Quality of life in health promotion and rehabilitation: conceptual approaches, issues and applications**. Thousand Oaks: Sage, 1996.

GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. Revista de Administração de Empresas da EAESP/FGV, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar. /abr. 1995.

INCRA – INSTUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Pesquisa sobre a qualidade de vida, Produção e Renda dos Assentamentos da Reforma Agrária** – PQRA 2010. Brasília: INCRA, 2010. Disponível em: <www.incra.gov.br>. Acesso 8 de junho de 2016.

INCRA. **Relatório de Atividades INCRA – 30 anos**. Brasília, 2000. 106 p.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Pesquisa confirma que reforma agrária é um instrumento de combate à pobreza**. Jornal. Publicação Especial do INCRA, ano 1, no. 2. Dezembro, 2011 (a).

INTERNATIONAL ADVISORY GROUP (IAG). **A Questão da terra e o PPG7**. Brasília: IAG, 2000. 20 p. (Relatório, 14).

LINHARES, J. M. S., BASTOS, W. R., SILVA, D. P. L., BALBINOT, E., SILVA, J. O., MAIA, P. V. A. **Levantamento de solo em diferentes ambientes geomorfológicos e sistemas de uso da terra na micro bacia hidrográfica do rio Paciá - Sul do Amazonas.** Caminhos de Geografia Uberlândia v. 15, n. 52 Dez/2013, p. 21–40.

MORUZZI, R. B., REALI, M. A. P. **Oxidação e remoção de ferro e manganês em águas para fins de abastecimento público ou industrial – uma abordagem geral**. Revista de Engenharia e Tecnologia, V. 4, N^{o}. 1, Abr. 2012.

PEREIRA, E. F., CLARISSA, S. T., SANTOS, A. **Qualidade de vida: abordagens, conceitos e avaliação.** Rev. bras. educ. fís. Esporte vol.26 no.2 São Paulo Apr./June 2012.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ASSENTAMENTO - PA PÁCIA INCRA, 2000.

RAZZOLINI, M. T. P; GÜNTHER, W. M. R. **Impactos na Saúde das Deficiências de Acesso a Água.** Saúde Soc. São Paulo, v.17, n.1, p.21-32, 2008.

SANTOS, F. **O assentamento Flor do Mucuri uma experiência de Reforma Agrária**. DISSERTAÇÃO (Mestrado) São Cristóvão - SE: Pós-Graduação em Geografia, 2015.

WHOQOL Group. The development of the World Health **Organization quality of life assessment instrument (the WHOQOL)**. In: ORLEY, J.; KUYKEN, W. (Eds**.).**

Quality of life assessment: international perspectives. Heidelberg: Springer, 1994. p.41-60.

YIN, R. **Case study research: design and methods**. London: Sage, 1986.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.212 p.